

CIDADE E “CAMELÔS”: TRABALHO E IDENTIDADE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.

Renan Lubanco Assis
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Mestrando em Sociologia Política
renanlubanco@gmail.com

Resumo

Este artigo propõe uma análise da identidade do trabalhador de rua (camelô) em dois aspectos, a saber: como o trabalhador de rua se reconhece e se identifica na dinâmica econômica urbana, já que exerce a sua atividade laboral na rua, e a relação estabelecida entre os “camelôs” e os comerciantes, haja vista a disputa estabelecida no tocante ao espaço urbano. Desse modo, busca-se compreender como a condição de trabalhador é tecida, como a identidade de trabalhador é construída na perspectiva dos “camelôs” e dos comerciantes. Em tais condições que o trabalho pretende apontar, nota-se o quanto essa relação “camelô” /comerciante acirra a desigualdade no espaço urbano entre trabalhadores de diferentes vertentes. Essa diferenciação social não ocorre apenas em um contexto local, mas é reproduzida também em um espaço mais amplo, com a utilização da mídia que identifica os trabalhadores “informais” em uma perspectiva determinada por “pré-conceitos” criados não em um contexto onde as atividades laborais ocorrem, mas também em um plano estatal, que teve um grande impulso no Estado Novo, quando os trabalhadores que não possuíam vínculos “formalizados” pela CLT eram apontados como “sub-cidadãos”.

Palavras-chave: Identidade; trabalho; espaço urbano.

O TRABALHADOR “IDEAL” E O “INFORMAL”

No início do século XX, houve significativas mudanças no mundo do trabalho, dadas as transformações no processo de judicialização dessas relações, que garantia uma padronização dos contratos mediados pelo Estado. Durante as três primeiras décadas, o trabalho transformou-se em uma mercadoria livremente negociada, visto que, leis e contratos coletivos eram quase inexistentes (Lamounier, 1988). Durante as décadas de 30 e 40, o corporativismo do Estado de Vargas estabeleceu um amplo código de leis do trabalho. Nesse contexto, a classe trabalhadora fora posta em destaque pelos projetos políticos nacionais, cuja intervenção direta do Estado “produzia uma identidade ‘de fora’, criando uma classe trabalhadora, na qual, a atuação política estaria condenada a vínculos com lideranças externas a classe” (Gomes, 1999). Nesse caso, a identidade de

trabalhador nacional era garantida diretamente pelo Estado, havendo uma série de condições para ser reconhecido como trabalhador, uma vez que as relações de trabalho no Brasil foram reguladas unilateralmente pelo poder público e não proporcionava abertura para condições alternativas. De acordo com Gomes,

A ascensão social do trabalhador estava, portanto, relacionada [e dependente] da intervenção do poder público, única força capaz de superar os enormes problemas socioeconômicos que condicionavam e impediam a sua realização pessoal (...). O dever e o direito de trabalhar não comportavam idealizações alternativas para se alcançar um mundo melhor. Era preciso combater (...) o inimigo interno que se definia como avesso ao trabalho e às leis e regras da ordem constituída. (1982: p. 164).

Desse modo, há uma determinação de cima para baixo sobre as condições legais para o exercício da profissão, bem como, um fechamento para condições paralelas, pois o reconhecimento de trabalhador *ideal*, só era possível por meio de uma regulação jurídica estado-novista, impossibilitando assim, outra forma de incorporação legítima no mercado de

trabalho, sem que este estivesse dentro das condições corporativistas do Estado regulador. Assim, cria-se no imaginário social brasileiro a existência de apenas uma classe trabalhadora responsável pela “construção” do Estado Nacional. Além desses fatores, a aquisição da cidadania estava também relacionada a essas condições determinadas pelo Estado. Santos (1998) caracteriza essa condição como sendo uma “cidadania regulada”, na medida em que o indivíduo se inseria profissionalmente no mundo do trabalho regulamentado pelo poder público. Assim, a condição de cidadão estava limitada pela via formal do Estado, colocando a margem indivíduos que não se identificavam com o trabalhador padrão devidamente registrado.

A partir de então, as noções de “formalidade” e “informalidade” foram, pouco a pouco, sendo construídas. Com a política trabalhista implantada no governo Vargas, o mundo do trabalho ganhou uma nova dimensão formalizada pelo código de leis trabalhistas (CLT), “regularizando”, desse modo, o mercado de trabalho. Este passa a receber tanto um conjunto de leis, quanto um documento profissional, que serve não apenas como

um registro da profissão, mas também como documento de identidade. A carteira de trabalho foi importante até mesmo para a aquisição de crédito. Essa condição material e imaterial, a saber, a conquista da carteira de trabalho e de direitos sociais, pelo trabalhador regulado, foi fundamental para identificá-lo na sociedade brasileira, e para estabelecer uma normatividade em que o trabalhador provido de direitos era reconhecido. Desse modo, estabelece-se também uma distinção entre esse trabalhador e o trabalhador “informal” que estava à margem dessa normatividade, e não era tido como “sujeito de referência” para representar o trabalhador nacional, mas sim, um subempregado¹ e marginal do ambiente econômico e social. Na sociedade brasileira, o trabalhador “informal” foi e tem sido, basicamente, aquele que não possui “carteira assinada”. Noronha destaca que:

especialmente a partir de 1930, o mercado de trabalho brasileiro e as questões do subemprego ou da “informalidade” só podem ser entendidos como resultados da própria construção da noção de “formalidade”, que, por sua vez, está associada às noções de cidadania e de direito social. (2003: p. 113).

Haja vista da citação acima, pode-se notar, então, como é tecida a relação de dualismo entre o trabalho formal e o “informal”. O próprio conceito “informal” atua de forma pejorativa para a classe trabalhadora “subempregada”, que não constava entre os quadros dos cidadãos nacionais, mas sim, na gama de problemas sociais enfrentados pelo Estado brasileiro. O importante nesta reflexão é sempre levar em consideração que a condição de “precário” para o trabalho sem vínculos formais é uma criação discursiva do Estado Novo, que ganhou força após a judicialização das relações contratuais. No caso brasileiro, isto foi muito visível. A existência dos “cidadãos em negativo” se deu em um campo de lutas visíveis no projeto de construção da identidade nacional, onde se propunha, através de projetos políticos ideológicos, a eliminação das formas tradicionais de organização, buscando internalizar nos indivíduos o padrão ideal requerido pelo projeto varguista. O próprio Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) atuou nesse sentido, reprimindo o discurso que contrariava os princípios do Estado Novo. Os cantores populares passaram a compor músicas que engrandeciam o

discurso varguista, e isso se dava com o estímulo e a censura do DIP. “O rádio e a música popular eram, dessa forma, instrumentos valiosos na estratégia política estado-novista (Gomes, 1999: p. 64).

Para o estudo do conceito “informal”, é importante, primeiramente, fazer um reconhecimento da origem do termo, pois ele nem sempre existiu, mas foi criado para dar certo destaque diferenciado a um grupo de trabalhadores que não se enquadrava nos padrões ocidentais de trabalho regular, ou seja, trabalhadores que não possuíam uma organização “formal” enquadrada nos padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com Portes & Haller (2004), a origem do termo “economia informal” foi resultado de uma série de pesquisas sobre o mercado de trabalho na África, pois naquele contexto os padrões de emprego não estavam ajustados aos moldes de desenvolvimento econômico e jurídico do ocidente, uma vez que não havia uma padronização dos contratos de trabalho. Rocha (1989) também ressalta que a grande parte dos estudos que tratam do trabalhador “informal” pertence a uma linhagem inaugurada

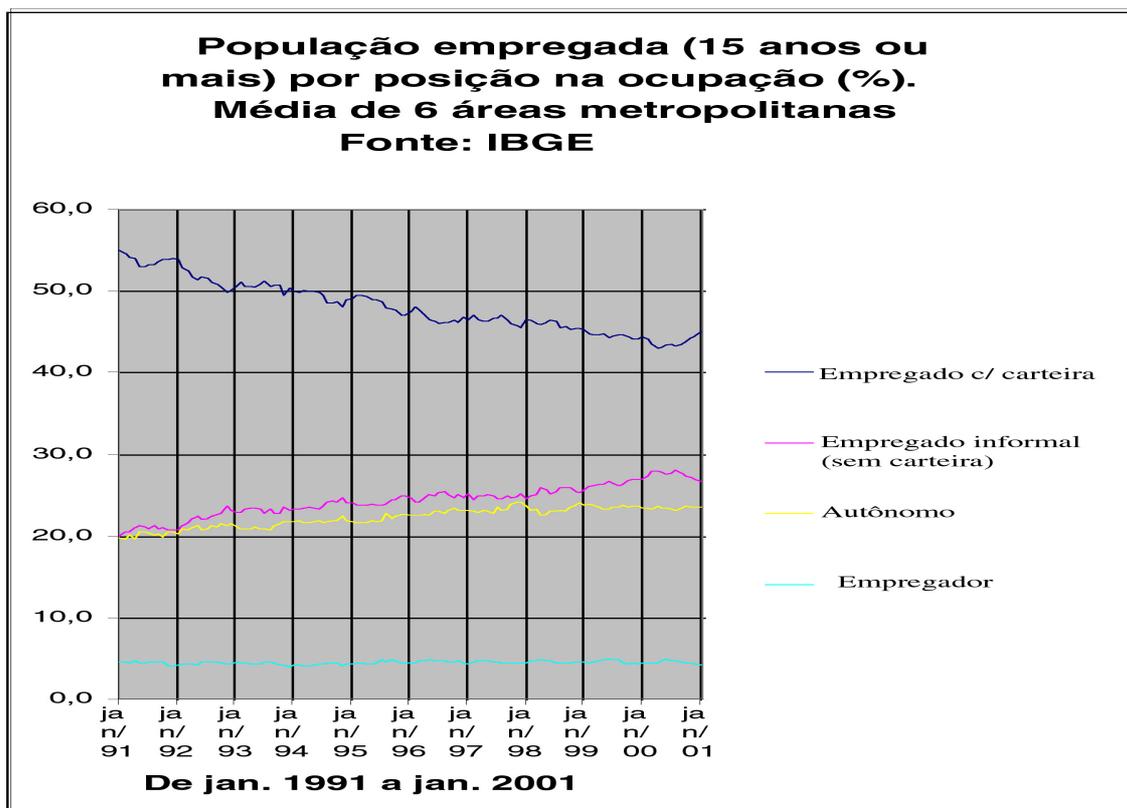
pela OIT, em estudos sobre o Quênia iniciados na década de 70. A autora destaca ainda, que os estudos apontavam a existência de uma atividade econômica, que apesar de representar de fato, parcela ponderável do produto e do emprego, mantinha-se e/ou era mantida institucionalmente a margem por suas características de funcionamento (Ibid: p. 2) No caso africano estudado pela OIT, as relações contratuais não eram fixas. Desse modo, pode-se perceber que a atividade sem um reconhecimento formal é classificada como um símbolo de atraso e precariedade, recebendo, assim, a classificação de “informal”. No que diz respeito a esse conceito, pode-se afirmar que ele está ligado a uma amplitude de atividades. Portes & Haller afirmam que,

Tales actividades, definidas siempre como aquellas que se producen fuera del ámbito de la regulación del Estado, pueden tener por objeto, en primer lugar, la supervivencia de una persona o de un hogar a través de la producción directa con fines de subsistencia o de la mera venta de bienes y servicios en el mercado. En segundo lugar, pueden estar orientadas a mejorar la flexibilidad de la gestión y reducir los costos laborales de las empresas del sector formal a través de contratación “fuera de plantilla” y la subcontratación de empresarios informales. En tercer lugar, pueden estar organizadas por pequeñas empresas con el objeto de acumular capital, aprovechando las relaciones de solidaridad que pueden existir entre ellas, la mayor flexibilidad y los menores costos. (2004: p. 12-13).

No caso brasileiro, a condição de trabalhador “informal” não está ligada a uma categoria profissional específica, mas sim, à falta de amparo jurídico que

acaba por marginalizar uma gama de trabalhadores. Essa exclusão não ocorre somente em uma relação entre Estado e trabalhador, mas ocorre também, nas relações cotidianas entre os próprios trabalhadores. Assim, a terminologia “informal” acaba por carregar um estigma. O gráfico a seguir (quadro 01) mostra uma pesquisa feita em 6 cidades metropolitanas e revela o quanto esse grupo de trabalhadores informais vem crescendo em relação aos trabalhadores com carteira assinada. Em 1991, os trabalhadores com carteira representavam 55,0 % enquanto os autônomos e informais eram em 20,0%. Após dez anos, o grupo que possuía carteira assinada, caiu para 45,0%, os trabalhadores autônomos, para cerca de 24,0% e os informais, cresceram em torno de 28,0%.

Quadro 01



O “CAMELÔ” E A CIDADE

Com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, que tiveram início na década de 70, na Europa e EUA principalmente, afetando o Brasil com mais intensidade na década de 90 (OLIVEIRA, 1998), quando o então presidente, Fernando Henrique Cardoso (FHC) – presidente desde 1994 – 2002 – flexibiliza as formas de contratar e remunerar a mão-de-obra (OLIVEIRA, 2002). Com todas essas transformações, houve uma significativa mudança de paradigmas,

no que diz respeito ao trabalho. Bauman (2009) ressaltou que,

A ‘flexibilidade’ [passou a ser] o *slogan* do dia, e quando aplicado ao mercado de trabalho significa o fim do emprego ‘como o conhecemos’, trabalhar com contratos de curto prazo, contratos precários, ou sem contratos, cargos sem estabilidade e sem cláusula de ‘até novo aviso’(…) A versão atual da modernidade, “liquefeita”, fluente, dispersa, espalhada e desregulada não pressagia o divórcio ou uma quebra final na comunicação, mas vaticina um rompimento entre capital e trabalho. (Ibid: 35-36; 37)

Nesse sentido, os contratos que conhecíamos no pós-guerra tornaram-se flexíveis, ou até mesmo, inexistentes. No caso brasileiro, quando há uma integração deste no cenário econômico mundial da globalização, ocorrem diversas mudanças, como; abertura comercial, reestruturação produtiva das empresas e privatização de empresas estatais, que interferem fortemente no funcionamento do mercado de trabalho (Valle, 1998: p. 232), tornando-o desse modo, mais aberto a novas condições de empregabilidade. Oliveira (1998: p. 119) destaca que as transformações ocorridas a partir da década de 70, propiciou uma diversificação da estrutura do emprego urbano. Ele destaca ainda, que a “dinâmica da acumulação capitalista do período citado, criou oportunidades para pequenas atividades mercantis, às quais passaram a se dedicar os trabalhadores informais” (Idem). Assim, pode-se constatar o surgimento de variadas frentes de trabalho que vão além da proposta varguista no pós-guerra, gerando desse modo, não somente um trabalhador ideal regulado juridicamente, mas variadas formas de inserção social por meio dos novos padrões de trabalho, o que requer um

reconhecimento identitário não somente, para os trabalhadores ditos ‘formais’.

Este artigo propõe abordar o exercício da atividade de “camelô” e sua identidade no espaço urbano, em que se configuram conflitos entre os trabalhadores “informais” e os comerciantes, ambos ocupantes do mesmo espaço. Nesse caso, há uma valorização dos trabalhadores legais e um reconhecimento negativo da atividade de “camelô”, que acaba por se tornar uma atividade desviante se comparada às demais atividades da cidade.

Mafra (2007) ressalta que uma realidade encontrada nas cidades brasileiras, e que tem aumentado crescentemente, é a presença de “camelôs” se apropriando do espaço urbano para o exercício de suas atividades. Com muita frequência, encontram-se “camelôs” pelas calçadas principais da cidade, ao redor das feiras, locais com um grande fluxo de pessoas, eventos públicos e até mesmo, nos sinais de trânsito, onde aproveitam os momentos oportunos para oferecerem as suas mercadorias. A autora destaca que, “o fenômeno da camelotagem, na proporção em que se encontra no Rio de

Janeiro, do ponto de vista do poder público e da sociedade em geral, se define basicamente como um problema ligado ao desemprego e ao uso do espaço urbano” (Ibid: p. 191).

Frehse (2007) destaca que o comércio ambulante é uma atividade social muito antiga, e anterior à modernidade, tornando-se alvo de discussões políticas e literárias após a revolução industrial. Ressalta ainda, a existência desses trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo no período colonial do séc. XVIII, representados pelos padeiros, que, apesar da proibição do poder público, vendiam pães pelas ruas centrais. Já no séc. XIX, destacavam-se as mercearias que comercializavam frutas, doces e bebidas caseiras pelo centro da cidade.

A questão do trabalho informal não é característica somente das metrópoles, como o caso explicitado por Mafra e Frehse, mas ocorre até mesmo nas cidades do interior. Como é o caso proposto pelo artigo, de Campos dos Goytacazes, uma cidade do norte fluminense, interior do Rio de Janeiro, que passou por um grande crescimento populacional na área urbana entre as décadas de 80 e 90 devido à falência do setor sucroalcooleiro, concentrador de

grande parte das usinas na zona rural. Em decorrência do aumento na zona urbana, cresce a mão-de-obra com qualificação abaixo do esperado pelo novo setor em crescimento, o petrolífero. Assim, há buscas de alternativas, e a “camelotagem” pode ser uma opção válida para vencer o desemprego, por não requerer uma qualificação específica. Mas, de acordo com Lemos (2001a), o êxodo rural não foi fator principal para o exercício da “camelotagem”, pois em seu trabalho sobre “camelôs” em Campos dos Goytacazes, constatou que,

a imensa maioria dos trabalhadores (84.7%) nasceu na cidade. Mais: mesmo no caso da geração anterior houve um predomínio dessa origem urbana, já que 57.2% dos pais dos entrevistados nasceram na cidade. Observando-se os dados do camelódromo² isoladamente, verifica-se que mais de 90% dos entrevistados nasceram na cidade e 63.5% tiveram pais que também nasceram na cidade. Esses dados vão ao encontro de uma tendência mais ampla de urbanização da sociedade brasileira em um contexto de industrialização (p. 11).

O fator destacado pela pesquisa de Lemos é muito relevante para se observar, porém não se pode deixar de fora o crescimento populacional como

um fator que ajudou a aumentar a diversificação do espaço urbano, que não conta somente com lojas comerciais, mas “camelôs” de diversas modalidades, que comercializam desde produtos alimentícios ao vestuário, bem como, pequenos artigos como tesouras, canetas etc. Lemos destaca ainda que, ao entrarem na “camelotagem”, os

trabalhadores tiveram um aumento na renda, uma condição favorável para a permanência desse trabalhador ambulante nessa ocupação. O gráfico (quadro 02), indicador do mercado de trabalho na região norte fluminense, mostra a proporção de trabalhadores “informais” em relação à população economicamente ocupada.

Quadro 02

INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE					
Município	População	Pop Economicamente	PEA		%
	Residente	Ativa (PEA)	Ocupada	Trabalhadores Informais	
Campos dos Goytacazes	407.168	179.522	150.472	67.984	45,18
Carapebus	8.666	3.990	3.412	1.048	30,72
Cardoso Moreira	12.595	5.007	4.511	2.265	50,21
Conceição de Macabu	18.782	7.999	7.069	2.966	41,96
Macaé	132.461	63.152	55.412	20.264	36,57
Quissamã	13.674	5.791	4.712	1.726	36,63
São Fidélis	36.789	15.516	13.781	6.847	49,68
São F. Itabapoana	41.475	17.201	15.171	11.265	74,25
São João da Barra	27.682	11.862	10.207	5.717	56,01
<i>Total</i>			264.747	120.082	45,36

Fonte: Censo de 2000, realizado pelo IBGE.

Nota-se então, uma população com 407.168 habitantes, apresentando 179.522 dos 407.168, economicamente ativos e cerca de 45,0% dos trabalhadores ativos, estão trabalhando na informalidade, ou seja, quase a metade. Dentre os municípios do norte fluminense, presentes no quadro 02, Campos dos Goytacazes é o 5º município com o maior número de trabalhadores “informais”. Em vista de tais fatores, o poder público buscou parcerias a fim de reduzir ou mesmo

qualificar os trabalhadores “informais” nos Programas “Renda Mínima”, “Balcão Mão-de-Obra” e “Banco do Povo³”, que ofereciam cursos profissionalizantes como o de: padeiro, babá, trabalho com artesanatos, preparação de doces, e outras atividades relacionadas ao trabalho autônomo. Estes cursos visam à geração de renda tanto no mercado formal quanto informal, mas de acordo com Mamami (2007: p. 41), há um desconhecimento do funcionamento dos mercados

informais e práticas econômicas envolvidas por parte do poder público, pois em uma dada ocasião, foram oferecidos alguns cursos por sugestão da primeira dama municipal. Mamami levanta um questionamento sobre este caso: “Que critérios sustentam aquelas políticas?” Um dado obtido recentemente na Secretaria de Postura⁴ Municipal⁵ mostra que o número de “camelôs” teve um aumento substancial, pois, enquanto a pesquisa feita por Lemos em 2001 apontava 39 “camelôs” no terminal rodoviário, em outubro de 2009, já havia 49 “camelôs” na área de embarque e 101 na de desembarque. Esses dados empíricos mostram o quão rápido tem sido o crescimento desse grupo no espaço urbano, aumento que revela o acirramento das desigualdades nesse espaço, que acaba se tornando um território de conflitos entre os trabalhadores “formais” e os “informais”, ou seja, comerciantes/ “estabelecidos” e “camelôs” / “outsiders”⁶ uma vez que, estes são colocados como desviantes em relação aos comerciantes que ocupam a região central de Campos dos Goytacazes. Becker (2008) utiliza esse conceito para classificar indivíduos que são

considerados desviantes de um determinado grupo, ou seja, aqueles que estão a margem das regras estabelecidas. No caso deste artigo, se aplica aos “camelôs”, pois estes são representados continuamente como *invasores* do espaço urbano.

IDENTIDADE SOB ESTIGMA

De acordo com Goffman (1988), o termo estigma foi originado entre os gregos, pois estes possuíam um conhecimento elevado de recursos visuais e utilizavam o referido termo para destacar um aspecto visível nos indivíduos, como os sinais corporais. Sinais estes que eram feitos com fogo para marcar escravos e criminosos, apresentando, assim, a sua identidade de indivíduos de modo visível para um fácil reconhecimento em meio ao contexto que estavam inseridos. Com o decorrer dos anos, esse termo foi sendo ressignificado, não se limitando a condições físicas, mas também, abrangendo categorias sociais, nas quais o indivíduo é reclassificado depreciativamente quando entra em contato com o outro, que lhe confere uma identidade negativa. Goffman ressalta ainda, que a sociedade cria

meios de categorizar as pessoas, colocando-as, assim, em posições diferenciadas. Nesse caso, o espaço social fica sendo constituído por grupos distintos que podem ser aceitos ou não no contexto em que estão inseridos. Desse modo, a classe social a que um indivíduo pertence pode ser uma característica determinante de sua inferioridade, até mesmo o lugar onde se mora pode determinar a categorização de um indivíduo ou grupo.

Com relação aos citados “camelôs” deste artigo, a sua grande maioria mora em Guarús, distrito onde ficam localizados 25 dos 79 bairros existentes na área urbana de Campos dos Goytacazes, uma região popularmente caracterizada por agregar uma grande parte da população com baixo poder aquisitivo (Lemos, 2001a), é apontada também, como localidade possuidora de pouca infra-estrutura e saneamento básico, além de ser representada em periódicos de grande circulação municipal, como local de alto índice de homicídios por armas de fogo. Esta condição de moradia pode ser um fator relevante, para se pensar na permanência de uma distinção entre comerciantes e os “camelôs” no centro

da cidade. O segundo grupo sofre, freqüentemente, de “fococas depreciativas” e é objeto até mesmo de rejeição por parte do poder público, pois o que se estabelece, na maioria das vezes, é uma política de repressão. O trecho a seguir revela um discurso que propunha a “revitalização” do centro da cidade no ano de 2005. O prefeito em exercício no período afirmou o seguinte,

O lojista paga aluguel, tem despesas diversas e, se a gente permitir que as coisas permaneçam da forma que estão, estaremos permitindo uma concorrência desleal — afirmou o prefeito, ponderando ainda, que “alguns camelôs vendiam comidas sem as exigências da Vigilância Sanitária, outros bebidas e, não raro, as famílias passavam e viam homens urinando nas calçadas. São coisas que não podemos continuar permitindo”.⁷

O discurso acima se inicia com a questão do pagamento de impostos, que segundo a fala do prefeito citada acima, ocorre de forma “desleal”, e, por fim, reproduz uma “fococa depreciativa” sobre um descontentamento das “famílias” em relação à atitude de certos indivíduos, ligando, portanto, essas atitudes à presença dos “camelôs” que estavam comercializando bebidas naquele local. Esta situação ocorre não

só na esfera governamental, mas no espaço local onde as atividades são realizadas. No final 2008, quando fora realizei um primeiro contato com comerciantes da localidade próxima aos “camelôs”, eles salientaram a “invasão” por parte dos “camelôs”, pois os mesmos, no discurso dos comerciantes, eram tidos responsáveis pela “poluição visual” da praça, que fica vizinha ao *shopping*. Analisando essas conversas, ficou claro que o “camelô” sempre era o “outro” e nunca parte integrante do mesmo espaço ocupado pelos comerciantes, embora compartilhem o mesmo espaço, consideram-no um lugar social diferente, visto os “camelôs” não serem aceitos pelo grupo que se reconhece no direito de ocupar o lugar, a saber, os comerciantes.

O presidente em exercício no ano de 2005, da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL – que funciona como uma associação dos comerciantes lojistas e é composta unicamente por eles), afirmou em uma reunião com o prefeito que: “a questão dos camelôs é séria porque afeta diretamente a imagem da cidade para quem chega aqui pela primeira vez”.⁸ Desse modo, depara-se com uma identidade deteriorada dos “camelôs”, se tiver

como base de informação pontos de vistas externos ao grupo em questão, seja dos órgãos municipais ou dos comerciantes vizinhos.

Analisando essa dualidade entre os comerciantes “estabelecidos” e “camelôs” “invasores”, pode-se mencionar a abordagem de Elias (2000), quando apresenta a relação entre um grupo de moradores antigos (*estabelecidos*) de uma pequena cidade da Inglaterra e a chegada de outro grupo de moradores novos (*Outsiders*). Nessa abordagem, o autor figura uma exclusão grupal desses recém-chegados pelo fato de não compartilharem os sentimentos comuns cultivados no interior do primeiro grupo. O exemplo empírico fala de como, dentro dessa comunidade, um povoado industrial, aparentemente homogêneo e dentro dos padrões (habitacionais de nacionalidade, ascendência étnica, cor ou raça, tipo de atividade econômica, nível de renda e educacional) se estabelece dois territórios, onde se institui a condição de superiores e inferiores, construídos pela diferença de tempo de residência no local, ou seja, entre os antigos que compartilhavam da tradição e os novos. Elias aponta ainda, para a “sociodinâmica da estigmatização”, em

que o grupo estabelecido consegue lançar um estigma sobre o outro, e as demais pessoas que estão envolvidas no contexto acabam concordando que os indivíduos apontados são realmente inferiores; o que não se limita aos olhares externos, pois o próprio grupo estigmatizado aceita essa classificação como real.

Dessa forma, as diferenças presentes nesses dois grupos não estão somente em sua condição material, mas também, institucional; haja vista que, há uma reprodução local da exclusão, que outrora fora instituída pelo Estado varguista, em que os “camelôs”, deixam de pertencer aos “estabelecidos”, pelo fato de não estarem dentro de uma ordem formalizada, tanto jurídica (sem uma regularização jurídica), quanto economicamente pelo fato de não pagarem impostos, (como destacou o discurso do prefeito citado acima). Efetivamente, a dicotomia entre os dois grupos vizinhos decorre de questões ideológicas que estão presentes na sociedade brasileira, onde a cidadania e o reconhecimento necessitam de um aval do Estado regulador e colonizador das práticas sociais (Carvalho, 1996), conferindo a estas, legitimidade.

Nesse sentido, a identidade dos trabalhadores de rua (“camelôs”) sofre de um estigma e passa a ser reconhecida negativamente por parte daqueles que não compõem esse grupo. Taylor (2000) destaca que,

nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhe devolverem um quadro de si mesmo redutor, desmerecedor ou desprezível. (p. 241).

A identidade, portanto, fica condicionada por um reconhecimento errôneo, em que o grupo ou o indivíduo, vítima desse mau reconhecimento, torna-se desigual no espaço social onde ocorre essa relação; quanto aos “camelôs”, eles encontram-se em posição inferior aos comerciantes no espaço urbano. Desse modo, a cidade não é tida como um local de pluralismo identitário, onde há um entrelaçamento culturas distintas com o destaca Velho (2008: p.12), mas sim, um local hierarquizado onde até mesmo as políticas públicas são direcionadas para o grupo “superior” na hierarquia, como é o caso do “lojista que paga aluguel”.

A política para o “*outsider*” resume-se, basicamente, a controle e não a uma busca de melhorias e um *igual respeito*⁹ para com os “camelôs”.

Assim, a atividade exercida pelo “camelô”, fica considerada uma atividade desviante por não se enquadrar na ordem estabelecida pela maior parte do grupo que ocupa o espaço urbano, que são os comerciantes. Becker (2009) pontua uma questão merecedora de especial atenção, que é o ponto de vista do indivíduo rotulado como desviante. Para isto, conta-se com uma proposta de investigação da identidade dos “camelôs” a partir de uma observação do grupo, pois no tocante as relações que são estabelecidas no espaço público, o que para os comerciantes, poder público ou mesmo a imprensa é considerado uma atividade desviante, para os “camelos” pode receber outro significado.

UMA VISÃO INTERNA

A investigação deste trabalho está centrada em um grupo de “camelôs” localizados no terminal rodoviário Luís Carlos Prestes da cidade de Campos dos Goytacazes¹⁰, classificados pela Secretaria de Postura

Municipal como “camelôs do terminal”. A localidade é vizinha do empreendimento “Campos Shopping” – construção caracterizada por agrupar diversos estabelecimentos comerciais, centralizados arquitetônica e administrativamente¹¹, sendo caracterizado ainda por seu relativo fechamento em relação à cidade. Os citados vendedores oferecem artigos variados como roupas, recarregador e bateria para telefone celular, pilhas, pequenos aparelhos eletroeletrônicos como rádio de pilha etc. Em sua maioria, esses artigos são trazidos do estado de São Paulo¹², especialmente da rua 25 de Março, onde tem uma grande concentração de lojas e “camelôs”, que oferecem, em sua maioria, produtos comprados na Ciudad Del Este, Paraguai. Isso caracteriza um circuito comercial vivenciado por diversas cidades do interior do Brasil (Rabossi, 2004).

Inicialmente, gostaria de compartilhar algumas indagações surgidas no início da pesquisa, pois foram muito relevantes para a construção e desconstrução de algumas hipóteses. Este trabalho com “camelôs” teve início em 2008, quando observei o crescimento desse grupo na cidade, e

em específico, no terminal rodoviário, ao lado de um *shopping center*, local de grande fluxo de pessoas. Portanto, a abordagem empírica está concentrada nesse grupo específico, embora também haja forte presença de “camelôs” em outras áreas da cidade. É relevante ainda lembrar, que este artigo é fruto de uma pesquisa que ainda está em andamento.

Uma questão levantada, a princípio, fora o porquê do crescimento do grupo de “camelôs” em uma cidade que tem recebido grandes investimentos financeiros, como os *royalties* de petróleo¹³, bem como, um suposto aumento na oferta de empregos. Em vista do questionamento, buscou-se breves idas ao local onde os “camelôs” exercem suas atividades. O que se pode notar a princípio, nas falas dos entrevistados, foi uma relativa satisfação com a profissão e, alguns questionamentos apenas em relação a uma má convivência com os comerciantes vizinhos e a falta de amparo do poder público.

Outra questão percebida na observação do grupo foi a valorização da “liberdade” e de ser “dono do próprio negócio” (autônomo). Deste modo, o foco desta pesquisa volta-se para as relações estabelecidas por esse

grupo e para como ele mantém a sua coesão e organização nesse espaço, que é ressignificado, pois os “camelôs” tornam privado um local público, a partir do momento que se apropriam desse espaço para realização de atividades comerciais. Para realização deste trabalho, tem-se buscado a utilização da metodologia qualitativa, sobretudo a observação participante, que, segundo Geertz (1989), possibilita acessar dimensões dos fazeres humanos e dos seus significados. Essa metodologia contribuirá para a compreensão de como se dá a construção da identidade do grupo no espaço em que este estabelece suas relações cotidianas. Intenta-se ainda, para um diálogo com autores que abordam a construção da identidade, bem como a ocupação do espaço público.

Com algumas observações realizadas, pode-se notar que “camelôs” investigados oferecem seus produtos com um preço mais acessível do que os encontrados nas lojas vizinhas, e desse modo, atraem numerosa clientela. Sobre a visão acerca do local, do trabalho e dos clientes, um trabalhador de rua distingue o espaço do terminal rodoviário do *Shopping Popular*

Michael Haddad¹⁴ (constituído pela Prefeitura da cidade ao delimitar uma rua para agrupar vendedores de mercadorias) que, para ele, seria “*lugar de ricos, só trabalham com produtos caros, como aparelhos de jogos eletrônicos, ventiladores...*” Em oposição estaria o terminal que, no entender do entrevistado, seria caracterizado por reunir vendedores de produtos baratos e que podem ser consumidos por interessados de diferentes condições econômicas. Isso possibilita indagar como esses trabalhadores concebem a atividade que realizam, sua condição social, bem como a cidade.

O depoimento do vendedor permite considerar elementos significativos para problematizar a construção identitária. Nesse caso, a concepção do trabalho e a diferenciação espacial podem possibilitar a discussão sobre o que mantém o grupo organizado, como e por que seus integrantes se mantêm coesos e estruturados tanto nas relações econômicas, quanto afetivas.

No interior do grupo de trabalhadores de rua ocorre uma interação que possibilita o desenvolvimento do “eu” desses

indivíduos, bem como, um alinhamento desse “eu” ao grupo de “camelôs”, pois é no interior do grupo que os trabalhadores exercem suas relações de familiaridade, vizinhança e de religiosidade que possibilitam uma identificação e um processo de aceitação, o que não ocorre com indivíduos que estão fora do grupo e não compartilham as mesmas experiências cotidianas. Este fator se dá por meio de uma relação não monológica, mas dialógica, onde os indivíduos que integram o grupo compartilham suas experiências diárias, possibilitando, assim, uma formação da identidade grupal, bem como, um *alinhamento* a esta. No que diz respeito ao reconhecimento e construção do “eu” no interior do grupo, Habermas destaca que,

ninguém pode edificar sua identidade independentemente das identificações que os outros fazem dele. Trata-se certamente de interações realizadas pelos outros não na atitude proposicional de observadores, mas na atitude prática de participantes na interação. E o Eu tampouco realiza suas auto-identificações em atitude proposicional; enquanto Eu prático, ele se apresenta realizando o agir comunicativo. Em tal agir, os interessados devem supor um do outro que o distinguir-se do outro seja a cada momento reconhecido pelo outro. Portanto, o fundamento para afirmação da própria identidade não é a auto-identificação *tout court*, mas a auto-identificação intersubjetivamente reconhecida. (1990: p. 22).

Com relação ao alinhamento deste Eu com o grupo, Habermas ressalta que,

subsiste uma relação complementar entre identidade do Eu e de grupo, já que a unidade da pessoa se forma através das relações com as pessoas do mesmo grupo; e o desenvolvimento da identidade se caracteriza, como já recordamos, pelo fato de que é dissolvida a identificação inicialmente realizada com grupos concretos e menos complexos (família), identidade que é depois subordinada à que se processa com unidades mais amplas e mais abstratas (cidade, Estado). (Ibid. 1983: p. 25).

Há nesse caso, uma construção constante de uma racionalidade política de orientação dialógica. Assim, a identidade do grupo, bem como o espaço público compartilhado por este, se forma em um amplo processo de compartilhamento de experiências cotidianas, através da produção de um conhecimento que emerge do interior do grupo e não de processos normativos advindos do Estado. O grupo cria uma racionalização que está ancorada em um conhecimento prático do *mundo da vida*.

Os “camelôs” integram o *mundo da vida*, e a partir dele, que o grupo estabelece relações de convivência e busca por reconhecimento. Na medida em ocupam um espaço público para o exercício de atividades, que não são limitada apenas a uma interação econômica, mas também discussões políticas, religiosas e familiares, integram a *Esfera Pública episódica* (bares, cafés, encontros na rua) (Habermas, 1997), pois vivem em uma relação cotidiana não somente com os seus “vizinhos de banca”, mas também, com consumidores e com estes, estabelecem diariamente um contato dialógico, trocando assim, experiências vividas. Nessa convivência diária,

surtem diversos códigos que dão significados e contribuem para a permanência do grupo no local, mesmo quando em conflito com autoridades políticas e comerciantes lojistas.

Em Jovchelovitch (2000), pode-se constatar que a experiência do dia-a-dia envolve representações de modos variados não somente com experiências físicas e concretas, mas também há uma diversidade de significados e códigos simbólicos. Nesse sentido, pode-se deparar com agentes imateriais que atuam na realidade prática desses indivíduos. No caso dos “camelôs”, materialmente, eles são representantes de um setor da economia, ao passo que, simbolicamente, estão seguindo uma racionalidade ancorada nas relações vividas em grupo, o que contribui, para que os indivíduos mantenham certa coesão grupal.

Ao ocuparem o espaço público, os “camelôs” o ressignificam, uma vez que, a praça ocupada pelo grupo se torna um local de atividades não somente orientadas pela ação econômica, mas também pelo estabelecimento de redes sociais entre os trabalhadores. Na Idade Média, a praça pública era constituída por comércio informal e redes de

sociabilidade. Segundo Bakhtin (1999), a praça pública era descrita por Rebelais como um local em que ocorre uma relação de comércio possuidora de certa “descontração”, pois funcionava à margem das normas estabelecidas pelos poderes oficiais, ou seja, o clero e a nobreza da idade média e do renascimento. Bakhtin afirma ainda que “a praça pública no final da idade média e no renascimento, formava um mundo único e coeso onde todas as ‘tomadas de palavra’ possuíam alguma coisa em comum, pois estavam impregnadas do mesmo ambiente da liberdade, franqueza e familiaridade” (p. 132).

A praça pública, na abordagem bakhtiniana, era o território da cultura popular, a língua utilizada na praça pública estava em tensão com aquela utilizada em outro lugar, como na igreja, por exemplo. Nesse sentido, pode-se notar a pertinência de grupos que possuem uma legitimidade no espaço público, mesmo que não sejam reconhecidos oficialmente por órgãos representantes do poder oficial citado no parágrafo que precede. Assim, as relações de sociabilidade podem ser estabelecidas por uma proximidade entre os vendedores de rua em uma vivência cotidiana, que faz com que eles

possam ressignificar o lugar onde estabelecem as suas atividades, além de vivenciarem relações de confiança, construindo uma estratégia de sobrevivência através do comércio (Reginensi, 2004).

A investigação de outras abordagens teóricas a respeito da opção pela informalidade, tem demonstrado outros motivos para além do desemprego que impulsionam os trabalhadores a migrarem para esse trabalho. Cavalcanti e Duarte (1980) destacaram em uma pesquisa sobre a informalidade no Nordeste, que uma grande parte dos trabalhadores do setor “informal” preferiam trabalhar *autonomamente, sem patrão, sem horário e sem capataz* a terem direitos trabalhistas. Assim, pode-se constatar a entrada e pertinência no “trabalho informal”, por diversos significados subjetivos que orientam a opção pela carreira.

Por fim, torna-se relevante entender a dimensão do exercício da camelotagem em uma abordagem que não se limita apenas a concepções econômicas e jurídicas, pois envolve um mundo repleto de significados que vão além das condições materiais. No que diz respeito aos “camelôs”, *lócus* da

pesquisa proposta, cabe entender os motivos que fizeram com que eles optassem pela carreira da camelotagem, já que esta, em algumas investigações, é denominada precária. Para isto, faz-se necessário uma visão interna dos “camelôs” que estão exercendo suas atividades no espaço público, para uma compreensão das motivações que os levaram a optar pelo comércio em via pública, atividade impulsionada não somente por uma condição econômica, mas também, imaterial, que pode envolver relações de familiaridade, vizinhança, religiosidade ou busca por autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a problemática proposta no texto, observam-se as variações identitárias que os grupos podem sofrer, pois o que tem um significado legítimo para um, pode ser irrelevante para outrem. Uma situação avaliada pelos comerciantes pode receber outro significado pelos “camelôs”, como o exemplo da ocupação dos trabalhadores de rua, que para os comerciantes significa desordem e para os “camelôs”, liberdade e autonomia. Dada esta condição, devem-

se lançar sobre esse ambiente social, outros olhares descarregados de pré-conceitos, para que se possa, inclusive, elaborar uma política de apoio e não de controle e repressão.

Com relação às políticas voltadas para esses grupos de trabalhadores informais, gostaria de por em destaque a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, a saber, “Lei do Empreendedor Individual”. Tal lei busca a regulamentação jurídica dos “Serviços de natureza não intelectual/sem regulamentação legal, como por exemplo, ambulante, camelô, lavanderia, salão de beleza, artesão, costureira, lava-jato, reparação, manutenção, instalação, auto-escolas, chaveiros, organização de festas, encanadores, borracheiros, digitação, usinagem, solda, transporte municipal de passageiros, agências de viagem, dentre inúmeros outros”.¹⁵ Sabendo desta proteção legal, levanto a seguinte questão: Os órgãos municipais estão tornando público tal aparato para os trabalhadores interessados? Se não, qual a real preocupação com esses “camelôs”. Seria a falta de benefícios por exercerem uma atividade precária ou porque “afetam diretamente a

imagem” do centro da cidade? (Como afirmou o representante dos lojistas).

Diante desses questionamentos, pode-se notar que a diversidade do espaço urbano é repleta de tensões, que são desiguais para os que não estão regulados pelo Estado. Assim, ao invés de um pluralismo, tem-se uma estratificação do espaço urbano com grupos hierarquicamente superiores exercendo um poder sobre os que estão “sós” e sem “amparo do poder público”, como afirmou uma “camelô”. E retomando ao ponto de partida, será que, com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, pode-se sustentar a categoria de trabalhador ideal e amparado por leis inflexíveis que garantam estabilidade? Guimarães (2003) aponta para a necessidade de se repensar, se há possibilidade de uma polarização na sociedade trabalhista atual e corrobora ainda em sua abordagem, para o reconhecimento de novas formas de trabalho em suas dimensões normativa, institucional e subjetiva.

Abstract

This article proposes an analysis of the identity of the street worker (“*camelô*”) in two aspects, which they are: how the street worker recognizes himself and identifies the dynamic urban economic,

once his work activity is on the street. We are also interested to discuss the relation between the “*camelôs*” and the traditional traders, given the dispute regarding in the urban area. Thus, we seek to understand how the condition of workers is woven, as the identity of a worker is constructed from the perspective of the “*camelô*” and the traders. In such circumstances, the work is intended to show that this relationship “*camelô*”/traders exacerbates the inequality in urban areas between workers from different sources. This social differentiation does not occur only in a local context, but is also reproduced in a larger space, using the media that identifies “informal” employees in a perspective determined by former concepts created not only in a context where the work activities occur, but in a broader plan, that had a big boost in the “*Estado Novo*”, when workers who had no ties “formalized” by CLT were appointed as sub-citizens.

Key-words: Identity, work, urban space.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BAKHTIN, M. M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BECKER, H. S. Outsiders. Estudos de sociologia do desvio. Rio, Zahar, 2009.
- CAVALCANTI, C. e DUARTE, R. O setor informal em Salvador: Dimensões, natureza e significação. Recife, SUDENE/FUNDAJ; Brasília, 1980.
- CARVALHO, J. M. Cidadania: tipos e percursos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, pp. 337-359, 1996.
- ELIAS, N. e SCOTSON, J. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FREHSE, F. Las interacciones de los transeúntes como patrimonio de las calles centrales latinoamericanas? El comercio ambulante de São Paulo como ejemplo. In: Losada, D. R. (Org.). Espacio Público, Patrimonio e Identidad(es) en América Latina. 1 ed. Puebla: Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades, v. 1, pp. 163-193, 2007.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
- GOMES, A. M. de C. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. in: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. pp. 53-72.
- _____. A construção do homem novo: O trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed, 1982. pp. 151-166.

GUIMARÃES, N. A. Sociologia do desemprego. In: SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (orgs.). Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003. pp. 179-212.

HABERMAS, J. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Vol. II. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOFFMANN, H. (). Desemprego e sub-emprego no Brasil. São Paulo, Ática, 1980.

JOVCHELOVITCH, S. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LAMOUNIER, V. L. Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879. Campinas, Papirus, 1988.

LEMO, L. M. Investigação sobre o Perfil do Trabalho Informal em Campos: um enfoque sobre os Trabalhadores de Rua (Camelôs). Boletim técnico 3. Campos dos Goytacazes: Observatório Socioeconômico Maio, 2001a. pp. 01-16.

_____. As sociabilidades na informalidade: Uma investigação sobre a interação dos diversos interesses sócio-organizativos no camelódromo em Campos. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciências do Homem. Campos Dos Goytacazes, RJ. 2001 b.

MAFRA, P. D. Camelôs Cariocas, in: VELHO, G. (org.). Rio de Janeiro: cultura, política e conflito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007. pp. 191-207.

MAMANI, H. A. Economia Informal, Mercado de trabalho e Políticas Públicas: notas iniciais para um estudo do Norte Fluminense. v.1, n.1, jan-abr. 2007. Disponível em http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_4449_1189029770.pdf. Acesso em: 15/09/ 2008. p. 34-56.

NORONHA, E. G. “Informal”, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. RBCS. Vol. 18 nº. 53 out, 2003. pp 111-.129.

OLIVEIRA, M. A. Reestruturação produtiva e mudanças nas relações de trabalho. In: OLIVEIRA, M. A (Org.). Economia & trabalho: textos básicos. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. p. 187-204.

OLIVEIRA, R. Trabalho. In: LAMOUNIER, B. e FIGUEREDO, R. (orgs.) FHC: A era FHC, um balanço. São Paulo: Cultura editores associados, 2002. p. 99-135.

PORTES, A. & HALLER, W. La economia informal. Santiago: CEPAL, Série Políticas Sociales n. 100, 2004.

RABOSSI, Fernando Nas ruas de Ciudad Del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteiras. Tese de doutorado em Antropologia – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro - RJ. 2004. Disponível em: http://teses.ufrj.br/PPGAS_D/FernandoRabossi.pdf, acessado em 10/11/2009.

REGINENSI, C. O espaço público dos vendedores ambulantes (Guiana francesa, Belém do Pará e Recife, Brasil): entre negociação e conflito, a procura de sustentabilidade, Coimbra, Portugal, 16-17-18 setembro, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel56/Reginensi.pdf>, acessado em 17/02/2010. pp. 01-16.

ROCHA, S. Economia Informal: Algumas Considerações sobre Conceituações e Mensurações. Texto para Discussão Interna. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, n. 181, 1989.

SANTOS, W. G. Décadas de Espanto e Uma Apologia Democrática. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

TAYLOR, C. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, C. Argumentos filosóficos. São Paulo: Loyola, 2000. pp. 241-274.

VALLE, B. Políticas de mercado de trabalho no Brasil: a experiência do PROGER. In: OLIVEIRA, M. A. (org.) Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. pp. 225-246.

NOTAS

¹ Termo utilizado por Helga Hofman para caracterizar os trabalhadores marginais do processo de industrialização e sem direitos trabalhistas.

² Espaço criado pelo governo municipal com fim de organizar os “camelôs” em um único local.

³ Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=218>. Acesso em: 15/12/2009.

⁴ Órgão responsável pela fiscalização do município no que tange ao comprimento das leis municipais do código de posturas.

⁵ Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=5966>. Acesso em: 15/12/2009.

⁶ Conceito utilizado por BECKER, H. S. (2009) para classificar indivíduos considerados desviantes por não estarem enquadrados no padrão de “normalidade” estabelecido por alguns grupos sociais.

⁷ Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=4880>. Acesso em: 20/12/2009.

⁸ Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=4686>. Acesso em: 20/12/2009.

⁹ De acordo com Taylor (2000) este princípio se apóia nas exigências do multiculturalismo, onde negar a igualdade acarreta em uma série de danos para a identidade do indivíduo ou grupo, que passa então a sofrer uma ausência de reconhecimento.

¹⁰ Campos dos Goytacazes é considerada maior em proporções demográficas e geográficas em relação aos municípios vizinhos. A cidade também se destaca na área econômica com a produção de petróleo e gás. Informação disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acessado no dia 11/01/2010.

¹¹ Conceituação dada pelo Banco nacional do Desenvolvimento (BNDES).

¹² São Paulo, município brasileiro, capital do estado de São Paulo e principal centro financeiro, corporativo e mercantil da América Latina. Maior cidade do Brasil, das Américas e de todo o hemisfério Sul. É ainda, cidade brasileira mais influente no cenário global, sendo considerada a 14ª cidade mais globalizada do planeta, recebendo o status de cidade global alfa -, por parte do Globalization and World Cities Study Group & Network (GaWC). (Fonte: Wikipédia a enciclopédia livre).

¹³ Em 1974 foi descoberto um amplo lençol petrolífero no campo de garoupa - plataforma continental da Bacia de Campos dos Goytacazes - que contribuiu com o pagamento de *royalties* em sua receita municipal (IBGE Cidades, 2009). Hoje, Campos dos Goytacazes conta com economia baseada principalmente, no setor petrolífero.

¹⁴ Popularmente conhecido como “camelódromo”. De acordo com uma notícia exibida no dia 11/10/2006 na assessoria de comunicação da prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes, foi construído há

cerca de 15 anos para organizar os ambulantes que trabalhavam nas ruas de Campos, é ainda um empreendimento caracterizado por atrair grande clientela para as 356 bancas instaladas, por conta da variedade de produtos, que vão desde eletroeletrônicos até brinquedos, bolsas e enfeites diversos.

¹⁵ Disponível em:
<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/quem.php>. Acesso em: 05/01/2010.